



CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL – CRB

SDS Bloco H nº 26 Sala 507 Edifício Venâncio II
CEP: 70393-900 - Brasília – DF
Tel.: (61) 3226-5540 - Fax: (61)3225-3409 – (61)98451-0248
presidente@crbnacional.org.br

NOTA DA CRB NACIONAL SOBRE A PEC 241/55

Brasília, 21 de novembro de 2016

A **Conferência dos Religiosos e das Religiosas do Brasil**, que congrega mais de 35.000 Consagrados/as em todo o país, apresenta sua posição em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55-2016, que tramita no Senado Federal, após aprovada na Câmara Federal.

A CRB Nacional, cuja Missão permanente é a Opção Preferencial pelos Pobres, não pode ficar indiferente a esta Emenda Constitucional que visa o esmagamento dos mais pobres, com o corte de despesas essenciais nos direitos do cidadão e o não-reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização.

A PEC se apresenta como fórmula para alcançar equilíbrio dos gastos públicos, congelando as despesas primárias por 20 anos que, além de não mencionar o teto para as despesas financeiras, vai sacrificar exatamente os pobres, pois incide sobre as despesas primárias do Estado, entre elas a saúde e a educação, a infraestrutura, o funcionalismo. A estagnação ou queda dos investimentos públicos nos direitos básicos do povo durante 20 anos não contribui para retomar a confiança e o crescimento do país, também não garante maior eficiência na gestão do dinheiro público.

A CRB Nacional concorda com a CNBB, que em sua Nota classifica a PEC 241 como injusta e seletiva. Diz a Nota: *“Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos. Além disso, beneficia os detentores do capital financeiro, quando não coloca teto para o pagamento de juros, não taxa grandes fortunas e não propõe auditar a dívida pública”*.

O Brasil é um país de imensuráveis riquezas naturais e industriais, mas é apontado como um dos países mais injustos do mundo, com uma distância astronômica entre os poucos ricos e os milhões de pobres. Portanto, não é dinheiro que falta ao país, mas gestão honesta e bom uso do dinheiro público.

Por isso, a PEC é mentirosa, ao convidar a população a conter gastos para pagar a dívida pública. O engessamento dos gastos públicos penalizará somente os pobres, deixando-os ainda mais à margem da sociedade, como explorados e indesejados.

A CRB Nacional pede ao Poder Executivo, autor da PEC, empenho em prever projetos que promovam o cidadão, que encontre saídas sem penalizar e marginalizar os pobres, que planeje erradicar a vergonhosa desigualdade social, com uma justa distribuição de renda, justiça e lei para todos. Pede ainda que eleve os impostos sobre os mais ricos, o fim das desonerações fiscais e a garantia de espaço para investimentos públicos.

A CRB Nacional acredita que é possível reverter a aprovação da PEC, com a mobilização do povo e a organização da sociedade civil, promovendo um debate amplo e democrático e diálogo com a sociedade.

Que a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, com sua ternura de Boa Mãe, continue abençoando o povo brasileiro. E que Deus continue sendo o nosso único Guia e Tesouro.

Ir. Maria Inês Vieira Ribeiro, mad

IR. MARIA INÊS VIEIRA RIBEIRO, MAD
Presidente da CRB Nacional